



RESUMO CONTABILIDADE GERAL

Olá, pessoal! Tudo bem?

Aqui é **Gabriel Rabelo, Luciano Rosa e Julio Cardozo**. Somos auditores fiscais, respectivamente, nos Estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Espírito Santo e, além disso, Professores de Contabilidade do Estratégia Concursos!

Lecionar, para nós, durante os últimos anos tem sido um grande prazer. Além de uma bela profissão, ajudar as pessoas a atingirem os seus objetivos é uma causa muito nobre.

E a expansão da internet nos tem propiciado algo incrível que antes não era possível: levar informações relevantes para pessoas que estão desde Oiapoque ao Chuí.

E hoje, como sempre tentamos fazer, estamos aqui para apresentar mais um material relevante para vocês: um **Resumo de Contabilidade Geral**. Sim, isso mesmo! Um resumo de contabilidade com os principais pontos da disciplina.

Muito interessante para você ler na véspera da sua prova ou naquela revisão semanal. Temos certeza de que será muito útil!

Já seguem nosso Instagram? Se não, é só ir lá: **@contabilidadefacilitada**.

Esperamos que gostem!

Gabriel Rabelo/Luciano Rosa/Julio Cardozo.

Grupo de Estudos no Facebook: <https://www.facebook.com/groups/1396537853978098/>

RESUMO GERAL

- 1) Contabilidade é a ciência que estuda a prática as funções de orientação, de controle e de registro dos atos e fatos de uma administração econômica (1º Congresso Brasileiro de Contabilidade/1924).
- 2) Finalidade → Fornecer informações
- 3) Escrituração → Técnica contábil que lança os fatos contábeis nos livros contábeis.
- 4) O objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio. Por patrimônio, entenda o conjunto de bens, direitos e obrigações da entidade.
- 5) Principais normas de contabilidade para concursos:



- **Lei 6.404/76** → Lei das sociedades por ações. Artigo 175 a 204.
- **Resolução 750/93** → Contém os princípios da contabilidade. **Revogada!**
- **Lei 11.638/07 e 11.941/09** → As principais alterações promovidas por essas leis na Lei 6.404/76.
- **Pronunciamentos Contábeis**

6) Autonomia da pessoa jurídica → Figura dos sócios é diferente da figura da sociedade.

7) O mais correto é utilizar a expressão entidade, em vez de sociedade, pois é mais abrangente.

8) Conta capital social: valor que os sócios entregam para o início da atividade.

9) Razontes: utilizados para fazer os lançamentos contábeis:

Conta X	
Lado do débito	Lado do crédito

10) O total dos débitos sempre terá que ser igual ao total dos créditos. Essa regra, em uma contabilidade regular, não comporta exceções.

11) As palavras débito e crédito no sentido comum ou no sentido jurídico têm um significado. Na contabilidade, possuem outro sentido, que pode ser diametralmente oposto ao que estamos acostumados.

12) Como as contas aumentam e diminuem:

Conta	O que são	Exemplo	Aumenta	Diminui
Ativo	Bens e direitos	Caixa, estoques	Débito	Crédito
Passivo	Obrigações	Fornecedores	Crédito	Débito
Patrimônio Líquido	Capital próprio	Capital social	Crédito	Débito
Receitas	"Ganhos"	Venda de merc.	Crédito	-
Despesas	"Perdas"	Disp. de salár.	Débito	

13) Método das partidas dobradas: o total dos débitos sempre terá de ser igual ao total dos créditos!

14) A principal demonstração contábil é o balanço patrimonial! O balanço patrimonial é dividido em ativo, passivo e patrimônio líquido!



Ativo	Passivo
Aplicação	Origem
	PL
	Origem

15) O capital aplicado em bens e direitos pode vir de duas fontes básicas: capital próprio (quando vem do PL) e capital de terceiros (quando vem do passivo, das obrigações).

16) O total do ativo sempre será igual ao total do passivo + patrimônio líquido!

17) Equação fundamental da contabilidade → Ativo = Passivo + PL

18) Técnicas contábeis → escrituração, elaboração das demonstrações contábeis, auditoria e análise das demonstrações contábeis.

Ativo: bens e direitos.

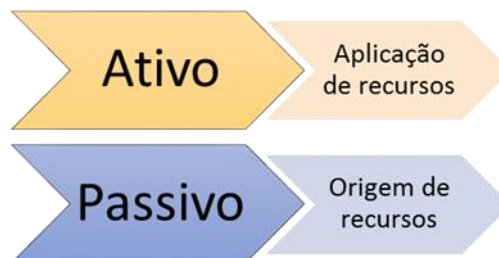
Passivo: obrigações.

Patrimônio líquido: capital próprio.

19) Campo de aplicação da contabilidade: aziendas = patrimônio + gestão

20) O ativo representa os bens e direitos que estão aplicados nas atividades empresariais, o passivo representa o capital que devemos a terceiros.

21)



22)



TERMOS IMPORTANTES PARA A SUA PROVA	
Ativo	Bens e direitos
Passivo	Obrigações
Patrimônio Líquido	Capital próprio (dos sócios)
Aplicação de recursos	Ativo
Origem de recursos	Passivo e Patrimônio Líquido
Capital próprio	Patrimônio Líquido
Capital de terceiros	Passivo
Capital aplicado	Ativo

23) Tipos de situações líquidas existentes:

Ativo maior do que passivo

Ativo menor do que passivo (passivo a descoberto)

Ativo igual ao passivo

Ativo igual à situação líquida

24) Consequência.

Ativo pode ser maior ou igual a zero.

Passivo pode ser maior ou igual a zero.

PL pode ser maior, menor ou igual a zero.

25) As contas patrimoniais são as que representam os bens, direitos, obrigações e o patrimônio líquido da empresa.

26) As contas de resultado são as receitas e despesas.

27) A escrituração em forma contábil deve conter, no mínimo:

a) data do registro contábil, ou seja, a data em que o fato contábil ocorreu;

b) conta devedora;

c) conta credora;

d) histórico que represente a essência econômica da transação ou o código de histórico padronizado, neste caso baseado em tabela auxiliar inclusa em livro próprio;

e) valor do registro contábil;

f) informação que permita identificar, de forma unívoca, todos os registros que integram um mesmo lançamento contábil.

28) Teoria das contas

Teoria Personalista:

- Agentes consignatários (bens)

- Agentes correspondentes (direitos e obrigações)

- Proprietários (receitas, despesas e Patrimônio Líquido)



Teoria Materialista:

- Integrais (bens, direitos e obrigações)
- Diferenciais (receitas, despesas e Patrimônio líquido)

Teoria Patrimonialista:

- Patrimoniais (bens, direitos, obrigações e Patrimônio Líquido)
- Resultado (receitas e despesas)

29) Os atos contábeis são acontecimentos que ocorrem na entidade e não provocam alterações do patrimônio.

30) Os fatos contábeis, por sua vez, são os acontecimentos que provocam variações no patrimônio da entidade.

31) Plano de contas: conjunto de todas as contas existentes dentro de uma entidade para uniformizar os registros contábeis.

32) Método das partidas dobradas:

A soma dos débitos é sempre igual à soma dos créditos.

Um ou mais débitos numa ou mais contas deve corresponder a um ou mais créditos de valor equivalente em uma ou mais contas.

O total do ativo será sempre igual á soma do passivo exigível com o patrimônio líquido.

33) Contas retificadoras: têm saldo contrário ao normal. Se as contas do ativo aumentam a débito, as retificadoras aumentam a crédito. Se as contas do ativo diminuem a crédito, as retificadoras diminuem a débito.

34) Lançamentos:

A conta precedida da preposição "a" é a conta creditada. Assim, os dois lançamentos acima são iguais, apenas escritos de forma diferente.

Quando no seu concurso aparecer a palavra diversos, saiba que há mais de uma conta creditada ou debitada

35) Fórmulas de lançamento:

Lançamento	Débito	Crédito
1a fórmula	1	1
2a fórmula	1	2
3a fórmula	2	1
4a fórmula	2	2

Onde se escreve 2, leia-se 2 **ou mais**.



36) Os fatos contábeis podem ser:

1. **Fatos Permutativos:** São aqueles que não alteram o valor do patrimônio líquido, constituindo apenas permutações entre elementos patrimoniais.

2. **Fatos Modificativos:** São os que alteram o valor do patrimônio líquido. Dividem-se em:

2.1. **Fatos Modificativos Aumentativos :** Aumentam o valor do PL

2.1. **Fatos Modificativos Diminutivos:** Diminuem o valor do PL

3. **Fatos Mistos ou Compostos:** Pode ser:

3.1. **Fatos mistos Diminutivos:** São simultaneamente permutativos e modificativos diminutivos.

3.2. **Fatos Mistos Aumentativos:** São simultaneamente permutativos e modificativos aumentativos.

37) O livro diário é um livro que contém o registro de todo e cada lançamento em ordem cronológica, fato que nos permite compreender a sequência de acontecimentos ocorridos na empresa. Ele é **obrigatório** para a quase que totalidade dos empresários (ressalva-se o pequeno empresário previsto na LC 123/2006).

38) Formalidades do livro diário

Extrínsecas (finalidade: dificultar adulteração):

- Deve ser encadernado;
- As folhas devem ser numeradas;
- Deve ser autenticado pela Junta Comercial do Estado (empresas mercantis) ou pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas (empresas civis); e
- Deve haver termo de abertura e termo de encerramento.

Intrínsecas (finalidade: resguardar a fidedignidade dos fatos ocorridos em relação aos fatos registrados):

- Seguir uma ordem cronológica;
- Não deve haver rasuras, borrões, sinais, linhas em branco, entrelinhas, folhas em branco, etc.; e
- A escrituração deve ser feita em língua e moeda nacionais.

39) O livro razão é facultativo, principal (isto é, registram todos os fatos) e sistemático (leva em conta principalmente a organização das informações).



40) Retificação de lançamento é o processo técnico de correção de registro realizado com erro na escrituração contábil da entidade e pode ser feito por meio de:

- a) estorno: lançamento inverso, anulando totalmente.
- b) transferência: transposição para a conta correta.
- c) complementação: aumentando ou diminuindo.

41) Balancete de verificação:

Balancete de verificação
Evidencia
Igualdade matemática dos débitos e créditos
Não evidencia
Estornos do período
Classificação das contas
Movimento individual das contas
Lançamentos do período

42) Demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL	COMPANHIA	
	ABERTA	FECHADA
Balanco Patrimonial	X	X
Demonstração do Resultado do Exercício	X	X
Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados	X	X
Demonstração dos Fluxos de Caixa	X	PL > 2 MI
Demonstração do Valor Adicionado	X	

43) Segundo a Lei 6.404/76, nas companhias abertas, a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados pode estar contida dentro da DMPL.

44) A DMPL não consta como sendo obrigatória pela Lei 6.404/76. Todavia, o CPC 26 (Apresentação das demonstrações contábeis) arrolou esta demonstração dentre aquelas que fazem parte do conjunto das demonstrações contábeis de uma entidade. Tal menção levou o FINECAFI, no livro Manual de Contabilidade Societária, a considerar que, a partir da edição do Pronunciamento Contábil, a DMPL passa a ser obrigatória a todos os tipos societários. A questão deverá explicitar se está exigindo o conhecimento da Lei 6.404/76 ou do CPC 26.

45) A Demonstração de origens e aplicações de recursos, a DOAR, deixou de ser obrigatória com as modificações contábeis introduzidas pelas Leis 11.638 e 11.941.



46) Balanço Patrimonial é a principal demonstração contábil e se destina a evidenciar, seja de forma qualitativa, seja de forma quantitativa, a posição patrimonial e financeira da entidade.

47) O exercício social terá duração de 1 (um) ano e a data do término será fixada no estatuto (LSA, art. 175). Na constituição da companhia e nos casos de alteração estatutária o exercício social poderá ter duração diversa (LSA, art. 175, parágrafo único).

48) As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

49) Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade;

50) Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos;

51) Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

52) Estrutura do Balanço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO
Circulante	Passivo Circulante
Não Circulante	Passivo Não Circulante
	Patrimônio Líquido

53) No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

I – ativo circulante; e

II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

54) O ativo circulante é composto por:

Ativo circulante
Disponibilidades
Direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente
Aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte

55) O ativo não circulante é composto por:

– Ativo não circulante realizável a longo prazo;



- Investimentos;
- Imobilizado;
- Intangível.

56) Importante para o ANC – RLP:

Ativo não circulante - Realizável a Longo Prazo			
Direito realizáveis após o término do exercício social subsequente			
Direito derivado de	Venda	Coligadas/Controladas	Não usual
	Adiantamento	Diretores, administradores, sócios	
	Empréstimo	Acionistas ou participantes do lucro	

57) Ativo não circulante – Investimentos: classificam-se as participações permanentes em outras sociedades, isto é, aqueles investimentos em sociedades cujo caráter não seja o especulativo. Esses investimentos podem ser avaliados por dois métodos: o método de custo e o método da equivalência patrimonial.

58) Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, e não para:

- (a) uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou
- (b) venda no curso ordinário do negócio.

59) Ativo não circulante – Imobilizado: Classificam-se no imobilizado direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia como, por exemplo, os terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos. A regra é a classificação de bens de propriedade da companhia. Bens locados não satisfazem, em regra, o critério para serem classificados como ativo, a não ser que sejam classificados como Arrendamento Financeiro.

60) No CPC 27, consta a seguinte definição:

Ativo imobilizado - CPC 27: Item tangível
Mantido para uso na produção
Mantido para fornecimento de mercadorias ou serviços
Mantido para aluguel a outros (ver item precedente)
Mantido para fins administrativos
Espera-se utilizar por mais de um período

61) Principais características de um arrendamento financeiro:



Principais características de um arrendamento financeiro

- 1) Transfere-se a propriedade ao final do contrato;
- 2) Valor residual mais baixo que o valor justo;
- 3) O prazo do arrendamento refere-se à maior parte da vida útil do ativo
- 4) O valor presente dos pagamentos totaliza substancialmente o todo o valor justo do ativo;
- 5) O ativo arrendado é de tal forma especializado, que apenas o arrendatário pode usá-lo sem grandes modificações.

62) O que são ativos intangíveis? A resposta é simples. Podemos dizer, em linguagem simples, que os intangíveis são aqueles ativos que não têm existência física.

63) Como exemplos de intangíveis, temos: direitos de exploração de serviços públicos mediante concessão ou permissão do Poder Público, marcas e patentes, fundo de comércio adquirido.

Ativo intangível - Lei 6404
Direitos que tenham por objeto bem incorpóreo
Destinado à manutenção da companhia
Ou exercido com essa finalidade
Inclusive o fundo de comércio adquirido

64) Ativo diferido. Eram contas classificadas no diferido:

- Gasto com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos;
- Gastos com reorganização societária;
- Gastos com reestruturação;
- Gastos pré-operacionais.

65) O saldo existente em 31 de dezembro de 2008 no ativo diferido que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, sujeitos ao teste de recuperabilidade.

66) O passivo exigível basicamente pode ser dividido em passivo circulante e não circulante. Exemplos: Impostos a pagar, provisão para contingências, salários a pagar, ICMS a recolher, provisão para IR, FGTS a recolher, duplicatas a pagar, fornecedores, entre outros.

67) O grupo resultado de exercícios futuros – REF foi extinto com a edição da MP 449 e Lei 11.941/2009. Em seu lugar, deve ser usada a conta receitas diferidas, que fica no passivo não circulante. O saldo que porventura existente no REF deve ser reclassificado para receita diferida. O exemplo clássico explorado pelas bancas de resultado de exercícios futuros (agora



receita diferida, no passivo não circulante) são os aluguéis recebidos antecipadamente. São diversas questões da banca que versam sobre este tema.

3) Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo. O exercício social continua a ser de um ano.

68) Estrutura do PL:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ANTES LEI 11.638/07	APÓS LEI 11.638/07 E LEI 11.941/09
Capital Social	Capital Social
(-) Capital a Realizar	(-) Capital a Realizar
Reserva de Lucro	Reserva de Lucro
Reserva de Capital	Reserva de Capital
Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial
+ - Lucro ou Prejuízo Acumulado	(-) Prejuízo Acumulado
(-) Ações em Tesouraria	(-) Ações em Tesouraria

69) O capital social é a conta do PL composta pelas ações subscritas na constituição da sociedade ou com o aumento de capital. É dividido em capital social e capital social a realizar.

70) Os gastos com emissão de ações, a partir de 2008, não mais podem ser tratados como despesas do período. Passam a figurar como redução do valor obtido do capital social.

71) As reservas de capital são valores recebidos pela empresa (dos sócios ou de terceiros) que não se configuram como receita, isto é, não transitam pelo resultado do exercício, sendo contabilizadas diretamente à conta de Patrimônio Líquido.

72) São reservas de capital:

Reservas de capital
Ágio na emissão de ações
Produto da alienação de partes beneficiárias
Produto da alienação de bônus de subscrição

73) Com as modificações recentes ocorridas na contabilidade (Leis 11.638 e 11.941) as doações e subvenções para investimento e os prêmios na emissão de debêntures não serão mais classificados como reservas de capital, devendo ser registrados como receitas do exercício, de acordo com o Princípio da Competência.



74) Utilização das reservas de capital:

Utilização das reservas de capital

Absorção de prejuízos (não suportados por reservas de lucros e lucros acumulados)
 Resgate, reembolso, compra de ações
 Resgate de partes beneficiárias
 Incorporação ao capital social
 Pagamento de dividendos a **ações preferenciais**, se for assegurado

75) Reserva de capital para alienação de partes beneficiárias:

Reserva de capital - Partes beneficiárias

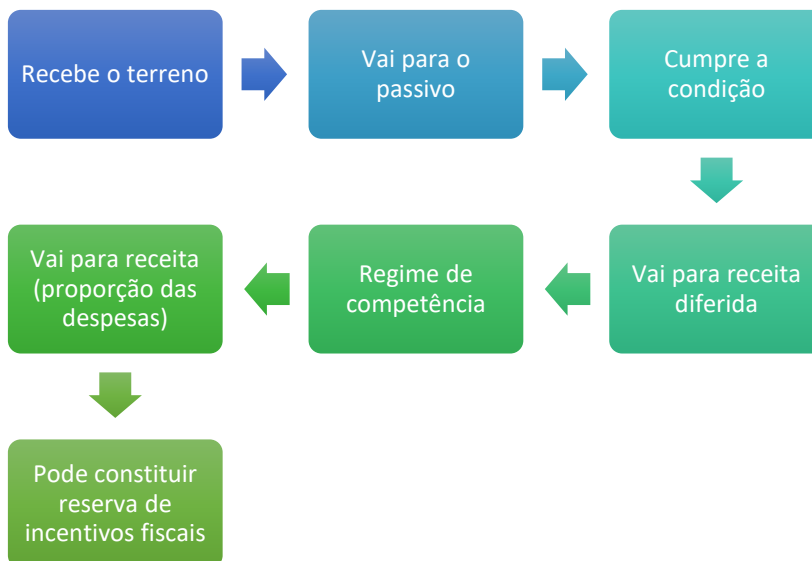
Exclusiva para companhias fechadas

Estranhas ao capital social

Lucro eventual contra a companhia (menor que 10%)

Gera lançamento somente a alienação onerosa

76) Contabilização da subvenção de doação governamental



77) Ajuste de avaliação patrimonial. Antes das alterações da Lei das S.A, havia no patrimônio líquido a conta reserva de reavaliação. Esta conta foi suprimida, surgindo então o ajuste de avaliação patrimonial. Contudo, não se trata de mera alteração de nome. A reavaliação que se aplicava aos bens tangíveis do ativo permanente e que poderia ser ou não realizada, a bel-prazer dos acionistas, deixou de existir. Ademais, o ajuste de avaliação patrimonial serve tanto para aumentar como para reduzir valores de ativos e de passivos, enquanto que a reavaliação servia apenas para o aumento de bens do permanente.

78) As ações em tesouraria são ações da empresa adquiridas pela própria empresa e mantidas na tesouraria. A aquisição de ações de emissão própria



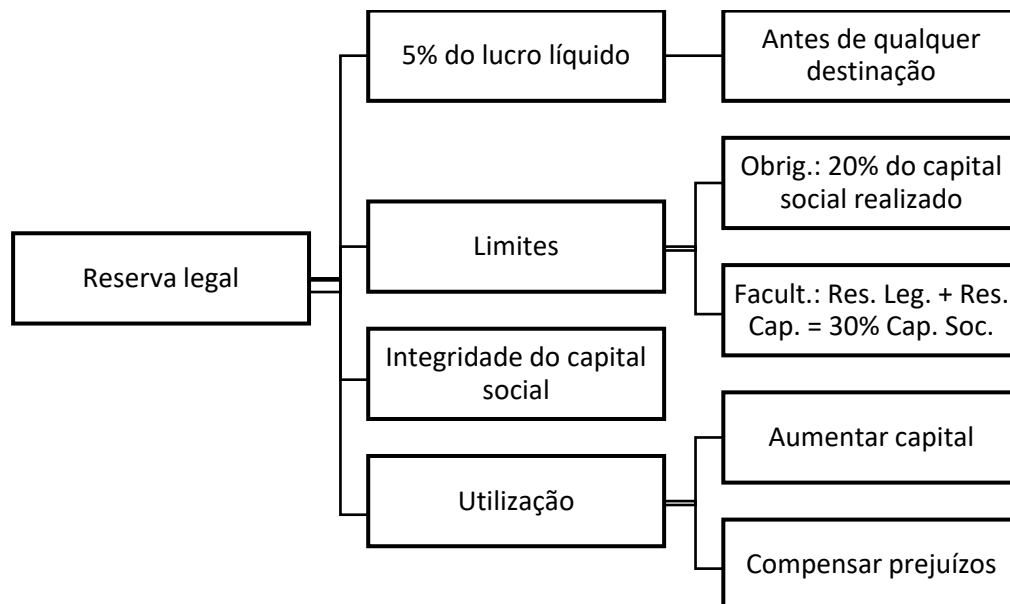
e sua alienação são também transações de capital da entidade com seus sócios e igualmente não devem afetar o resultado da entidade. A conta “ações em tesouraria” é redutora do Patrimônio Líquido (PL).

- Se tiver ganho na venda das ações em tesouraria: fica no PL, numa reserva de capital, semelhante à reserva de prêmio na emissão de ações.
- Se tiver perda, também fica no PL, e vai diminuir a reserva que serviu de lastro para a aquisição das ações em tesouraria.

79) São reservas de lucros:

Reservas de lucros
Reserva legal
Reservas estatutárias
Reservas para contingências
Reservas de incentivos fiscais
Reservas de retenção de lucros
Reserva de lucros a realizar
Reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos
Reserva de prêmio na emissão de debêntures

80) Reserva legal:



81) Reservas estatutárias:

Reservas estatutárias. Podem ser previstas no estatuto, se:

- Indicar a sua finalidade
- Fixar os critérios
- Fixar a parcela a ser destinada



Estabelecer o limite máximo

82) Reserva de contingências: A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado (LSA, art. 195).

83) Diferença: Reserva de contingências x Provisão para contingências

Reserva para contingência	Provisões para contingências
Compensação de perda em exercício futuro	Cobertura de perda em que já houve fato gerador
Segrega no PL parcela de lucros que poderia ir para dividendos	Constituída independente do lucro ou prejuízo do exercício
É revertida para lucros acumulados (ocorrendo ou não o evento), integrando BC dos dividendos	Não há reversão de valores, em regra.
Conta do PL, reserva de lucros. Não afeta resultado	Conta do passivo e contrapartida em despesa no resultado.
Exemplos: geadas, inundações, secas, empresas que operam com períodos altamente lucrativos e depois com baixa lucratividade	Exemplos: indenizações contratuais, contingências fiscais, trabalhistas

84) Reserva de lucros a realizar: No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202 da Lei das S/A, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

São considerados lucros não realizados:

- Resultado positivo com equivalência patrimonial.
- Lucro, rendimento, ganhos cuja realização financeira se dê no longo prazo

85) Regra para dividendos obrigatórios:

Dividendos	
Estatuto expresso	Fixa o quanto quiser
Estatuto omissivo (base de cálculo): 50% do lucro líquido ajustado, que é encontrado da seguinte maneira	Lucro líquido do exercício
	- Reserva legal
	- Reserva para contingências
	+ Reversão de reserva para contingências
	- Reserva de incentivos fiscais (facultativo)
	- Reserva emissão de debent. (facultativo)
Se fixar depois	Mínimo 25% do valor do lucro ajustado acima

86) Dividendos adicionais:



Declarados após o período contábil: Não são contabilizados, sendo apenas divulgados em Nota Explicativa.

Declarados antes do período contábil: ficam no Patrimônio Líquido, até a aprovação pela Assembléia, quando são transferidos para o Passivo.

87) Inicialmente os ativos e passivos são registrados pelo chamado custo histórico.

Custo histórico	
Ativo	Valores pagos
	Valores a serem pagos
Passivo	Recursos receb. em troca da obrigação
	Valor para liquidar

88) Ativos e passivos podem sofrer variações no custo histórico (de um ou mais tipos).

As principais prescritas no CPC 00 são: custo corrente, valor realizável, valor presente e valor justo.

Custo corrente	
Valor a ser pago na data das demonstrações	
Valor para liquidar a obrigação na data das demonstrações	
Valor realizável	
Valor obtido em uma venda de forma ordenada	
Valor pago para liquidar obrigação no curso normal do negócio	
Valor presente	
Ativos: Valor presente descontado pelo fluxo de entrada líquida	
Passivos: Valor presente descontado pelo fluxo de saída líquida	
Valor justo	
Ativo pode ser trocado em transação sem favorecimentos	
Passivo pode ser liquidado em transação sem favorecimentos	

89) Premissa subjacente da continuidade: Há uma premissa de que as entidades são feitas para terem um futuro contínuo, duradouro, e a avaliação dos elementos patrimoniais é feita levando isso em consideração. Na ausência de continuidade, saímos de uma contabilidade basicamente a preços de entrada para uma contabilidade a preços de saída.

90) Critérios de avaliação do ativo:

91) Disponibilidade: registradas pelo valor original.

92) Contas a receber/clientes/duplicatas a receber: valor original – perdas estimadas com devedores duvidosos – ajuste a valor presente (LP: sempre, CP: efeito relevante).



93) Instrumentos financeiros, direitos e títulos de crédito:

Empréstimos/Recebíveis normais

- Valor original - Ajuste perda - AVP

Inv. mantidos até o vencimento

- Valor original + Encargos ou rendimentos

Instrumentos financeiros - dest. neg. imediata

- Valor Justo + Variações no resultado

Instrumentos financeiros - dispon. para venda futura

- Encargos: resultado; Ajustes ao valor justo: ajuste de avaliação patrimonial: PL

94) Estoques:

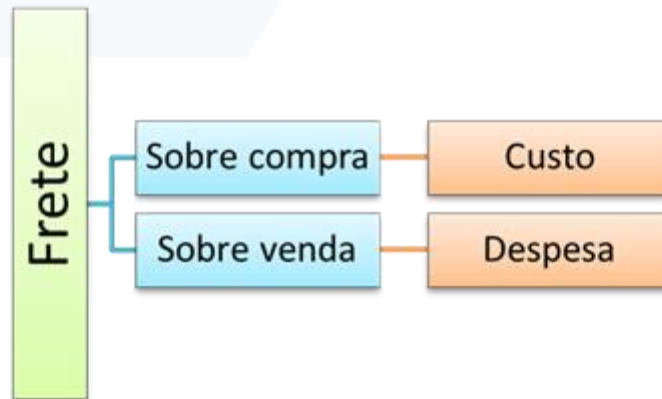
- Avaliação inicial: custo histórico.
- Mensuração subsequente: Custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor.
- O valor do custo inicial do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

Custo do estoque inclui:
Preço de compra
Impostos de importação e outros tributos (exceto recuperáveis)
Custo de transportes (Frete sobre compra)
Seguro
Manuseio
Custos diretamente atribuíveis
Não inclui
Tributos recuperáveis (MP: IPI, ICMS, PIS, COFINS não cumulativos. Revenda: ICMS, PIS, COFINS não cumulativos)
Descontos comerciais
Abatimentos

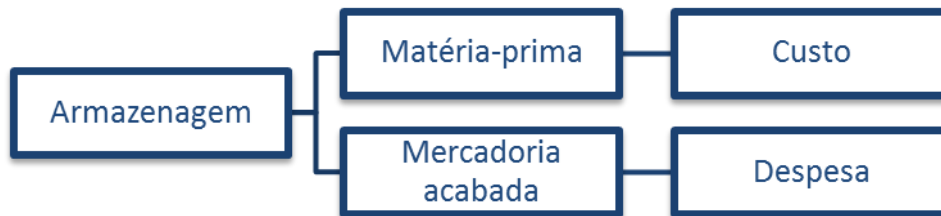
- Descontos comerciais ou incondicionais são aqueles que são negociados no momento da compra, sem nenhuma condição. Esses são deduzidos do preço de aquisição!
- Desconto financeiro ocorre quando o vendedor oferece um desconto para antecipar o pagamento. Por exemplo, numa determinada venda, com vencimento em 30 dias, o vendedor pode oferecer um desconto de 2% para pagamento em 15 dias. Esse tipo de desconto é contabilizado como receita financeira, para o comprador, e não afeta o custo do estoque.



- Atenção ao tratamento no frete:



- Atenção também aos gastos com armazenagem:



- Estoque de produtos acabados:

Perdas normais → Custo

Perdas anormais → Despesa

- Ativo qualificável: aquele que demanda período substancial de tempo para ficar pronto. Custos de empréstimos para construção de um ativo qualificável: custo do ativo.

- Os estoques de mercadorias fungíveis destinadas à venda poderão ser avaliados pelo valor de mercado, quando esse for o costume mercantil aceito pela técnica contábil.

95) Ajuste a valor presente:

Elementos	Período	AVP?
Ativo	Não circulante	Ajustados a valor presente
	Circulante	Se houver efeito relevante
Passivo	Não circulante	Ajustados a valor presente
	Circulante	Se houver efeito relevante



96) Os investimentos em coligadas e controladas, sociedade do mesmo grupo e sob controle comum são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

97) Os outros investimentos, que não sejam em coligadas e controladas, serão avaliados pelo método de Custo. Vejam que este critério é residual.

98) Os investimentos do método de custo são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis, se esta perda for comprovada como permanente.

99) Avaliação dos investimentos pelo método de custo

Custo de aquisição

(-) Ajuste para perdas prováveis

100) Os dividendos distribuídos no método de custo são contabilizados como receita, quando da distribuição.

Entretanto, os dividendos distribuídos no prazo de até 6 meses após a aquisição do investimento são considerados como uma recuperação de parte do investimento. A justificativa para esse procedimento é que o valor da compra já incluía o lucro, que seria posteriormente distribuído.

101) Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

102) As ações ordinárias são as que dão direito a voto. As preferenciais recebem dividendos maiores ou com alguma preferência, em regra. O número máximo de ações preferenciais sem direito a voto é de 50% do total!

103) São coligadas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa.

104) Considera-se que há influência significativa quando a investidora detém ou exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la.

105) É presumida influência significativa quando a investidora for titular de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la.

106) O Método da Equivalência Patrimonial (MEP) consiste em reconhecer o resultado auferido pela investida na medida em que ocorre, e não apenas quando há distribuição de dividendos.



Para isso, multiplicamos o percentual de participação da investidora pelo PL da investida, e comparamos com o valor do investimento da investidora.

Como calcular o Método da Equivalência Patrimonial?

Patrimônio líquido da investida x Percentual de participação da investidora

107) Quando apuramos o resultado do exercício na investida, jogamos para a conta lucros acumulados. Ela não pode possuir saldo final, mas continua a existir para receber os valores da demonstração do resultado de modo transitório. Só poderá existir no balanço a conta prejuízo acumulado.

108) A partir da conta Lucros Acumulados, é feita a destinação dos lucros. Todo o lucro apurado deve ser atribuído como reservas de lucro ou como dividendos.

109) Quando a investida os seus dividendos, ela diminui o PL (conta lucros acumulados) e aumenta o passivo (dividendos a pagar). A investidora vai ter o seu investimento diminuído quando a investida declara os dividendos, pois o PL diminui.

Ao mesmo tempo, a investidora vai ter um direito a receber. Que direito é esse? Como sócio, ela terá direito a receber dividendos. De quanto? De acordo com a sua fração do capital social.

110) Contabilização – MEP:

Pelo MEP:

D – Investimento – MEP

C – Resultado com Equivalência Patrimonial

Contabilização dos dividendos:

D – Dividendos a Receber

C - Investimento – MEP

111) A diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos líquidos é a Mais Valia (antigamente chamada de “ágio por diferença de valor de mercado dos ativos”).

112) E a diferença entre o valor pago e o valor justo é o goodwill (também chamado de “ágio por expectativa de rentabilidade futura”).

113) Nas demonstrações individuais da controladora/investidora, a Mais Valia e o Goodwill ficam classificados em Investimento, controlados em subcontas.



114) No balanço consolidado, a mais valia será eliminada contra os ativos e passivos que lhe deram origem.

E o goodwill será transferido para o Intangível, em conta específica.

115) Se o valor pago for menor que o valor justo, surge a compra vantajosa, que era chamada de "Deságio". A Compra Vantajosa deve ser reconhecida (contabilizada) no Resultado do Período.

116) Os itens do ativo imobilizado são mensurados inicialmente pelo seu custo, o qual inclui todos os custos necessários para colocá-lo em condições de uso.

117)

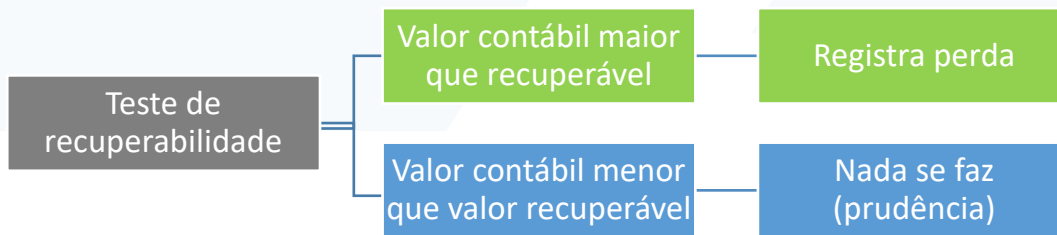
Custo do ativo imobilizado (CPC 27)	
Inclui	Não inclui
Preço de aquisição + Imposto Importação + Impostos não recuperáveis	Descontos comerciais e abatimentos
Preparação do local	Custos de abertura de nova instalação
Frete e manuseio por conta do comprador	Frete por conta do vendedor
Instalação e montagem	Propaganda e atividades promocionais
Testes	Custos de treinamento
Honorários profissionais (engenheiros, arquitetos, por exemplo)	Transferência posterior (novo local)
Custos de desmontagem (futuro, traz a valor presente)	Custos administrativos
Custo de remoção (futuro, traz a valor presente)	Outros custos indiretos
Outros custos diretamente atribuíveis	Remoção, desmontagem de máquinas antigas

118) Teste de recuperabilidade:

Recuperação	Registra	Quando	Adicionalmente
Imobilizados e intangíveis	Perda do valor do capital aplicado	Houver interrupção do empreendimento	Revisa a vida útil
		Os ativos não puderem produzir resultados suficientes para recuperar o valor	Ajusta depreciação, amortização, exaustão

119) O teste de recuperabilidade tem como finalidade principal apresentar o valor real pelo qual um ativo será realizado. Essa realização poderá ser feita tanto pela venda do bem, quanto pela sua utilização nas atividades empresariais.

120) O teste de recuperabilidade funciona assim:



121) Passos para o cálculo do teste de recuperabilidade:

- 1) Encontramos o valor contábil na data em que será feita a comparação.
- 2) Encontramos o valor recuperável: maior entre valor justo e valor em uso.
 - 2.1) Valor justo líquido de despesa de venda: Encontramos o valor pelo qual o ativo poderia ser vendido no mercado e retiramos as despesas de venda.
 - 2.2) Valor em uso: Pegamos o valor que podemos obter com a venda de produtos oriundos deste ativo, trazendo a valor presente (a questão dará uma taxa de desconto). Somamos a isso o valor pelo qual podemos vender o ativo no final do período.

Valor de uso: $\Sigma (\text{Receita Esperada em } n / (1+i)^n)$

122) A amortização refere-se geralmente aos itens classificados no Intangível. Mas pode ocorrer também com itens do Imobilizado, como no caso de Benfeitoria em Propriedades de Terceiros, que pode ser depreciada ou amortizada.

123) No reconhecimento inicial, usamos o valor justo, que é o valor de mercado do ativo. Mas se o valor presente dos pagamentos for inferior, usamos o valor presente.

124) Os direitos classificados no Intangível são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, e devem ser submetidos ao teste de recuperabilidade.

125) Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

126) Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

127) Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou



(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

128)



129) Classificam-se no imobilizado direitos que tenham por objeto **bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia** como, por exemplo, os terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos. Os bens incorpóreos passam a ficar no intangível.

130) Principais características de um arrendamento financeiro

- 1) Transfere-se a propriedade ao final do contrato;
- 2) Valor residual mais baixo que o valor justo;
- 3) O prazo do arrendamento refere-se à maior parte da vida útil do ativo
- 4) O valor presente dos pagamentos totaliza substancialmente o todo o valor justo do ativo;

131) O ativo arrendado é de tal forma especializado, que apenas o arrendatário pode usá-lo sem grandes modificações.

132) **Gastos de capital:** são os que **irão beneficiar mais de um exercício social e devem ser adicionados ao valor do ativo imobilizado**, desde que atendam às condições de reconhecimento de um ativo. Exemplo: custo de aquisição do bem, custo de instalação e montagem, etc.

133) Gastos do período (despesas): são os que devem ser agregados às contas de despesas do período, pois **só beneficiam um exercício e são necessários para manter o imobilizado em condições de operar, não lhe aumentando o valor**. Não é provável que esses gastos tenham o potencial de gerar benefícios econômicos futuros para a entidade. Logo, não



podem ser reconhecidos como ativo, mas sim como despesa. Exemplo: manutenção e reparos, etc.

134) Os gastos subsequentes podem ser divididos em manutenção periódica (que vai para despesa) e as paradas programadas (que são gastos de capital e são ativadas, isto é, o valor gasto é contabilizado no custo do ativo, e passa a ser depreciado).

135) Na construção de ativo qualificado devemos incluir os encargos financeiros no custo do Ativo.

136) Na compra a prazo de ativos, devemos excluir os encargos financeiros, os quais serão apropriados como Despesa Financeira por competência.

Benfeitorias em imóveis de terceiros	
Contrato	Critério de avaliação
Prazo indeterminado	Depreciação (Vida útil)
Prazo determinado e Contrato > Vida útil	
Prazo determinado e Contrato < Vida útil	Amortização (Contrato)

137) Método de depreciação da linha reta.

Este é **o método tradicional e o mais recorrente em provas**. Dividimos o valor depreciável pelo tempo de vida útil estimada. Se nada disser a questão sobre um método específico, devemos utilizar o da linha reta.

Ex: Máquina com vida útil de 10 anos e valor depreciável de 100.000.
 Depreciação anual = \$ 100.000 / 10 anos = \$ 10.000/ano.

Como calcular a depreciação pelo método da linha reta?

- 1) Pegue o valor de aquisição.
- 2) Encontre o valor residual. Se não falar nada, é igual a zero.
- 3) Faça a diferença entre o valor de aquisição e o valor residual e encontraremos o chamado valor depreciável.
- 4) Encontre a vida útil (em meses ou anos, geralmente).
- 5) Divida o valor depreciável pela vida útil
- 6) Você encontrará o valor da depreciação anual.

Atenção! Se a questão der no enunciado uma vida útil e disser o prazo que é aceito pelo fisco, utilize o prazo contábil. É este que vale, já que a legislação fiscal, segundo a Lei 6.404/76, não tem o condão de alterar os dispositivos da legislação contábil!



138) Contabilmente, a depreciação deve ser calculada conforme a melhor estimativa técnica disponível.

139) Caso a questão seja silente! Depreciação: Taxas permitidas pelo fisco para efeito de IR:

Veículos: 5 anos ou 20% ao ano

Máquinas e equipamentos: 10 anos ou 10% ao ano

Móveis e utensílios: 10 anos ou 10 % ao ano

Imóveis: 25 anos ou 4 % ao ano.

Depreciação de bens usados	
Maior prazo	Vida útil restante
	Metade da vida útil do bem novo

140) Utilização da depreciação acelerada

1 turno de 8 horas: fator 1,0

2 turnos de 8 horas: fator 1,5

3 turnos de 8 horas: fator 2,0

141) Antes da edição do CPC 27, **o valor residual e a vida útil eram definidos** (geralmente, as empresas usavam o critério fiscal) **e não mais se alteravam**, durante a vida útil do ativo.

Todavia, **com as mudanças, o valor residual e a vida útil de um ativo devem ser revisados pelo menos ao final de cada ano**. Se houver diferença, deve ser realizada e tratada como **mudança de estimativa contábil**, como reza o artigo 51 do CPC 27.

142) Escrituração de operações típicas

143) A conta duplicatas descontadas hoje é uma conta do passivo exigível. Antigamente, o entendimento é que ela fazia parte das contas retificadoras do ativo. Os encargos financeiros, por seu turno, ficam retificando a conta duplicatas descontadas.

144) O recebimento em cheque é realizado através da tesouraria, ou seja, da conta caixa. Todavia, o pagamento em cheque é feito através de crédito na conta bancos conta movimento.

145) Sempre que o valor total da carga de juros for conhecido quando da apropriação do empréstimo, lançaremos como encargos financeiros a transcorrer. Os encargos financeiros têm como contrapartida conta de despesa, exceto no caso de ativos qualificáveis.



146) Juros sobre capital próprio: Embora figure com o nome de juros, esta conta não é uma despesa financeira, mas, sim, destinação do lucro, como forma de remuneração do capital dos sócios. Deve receber o mesmo tratamento que os dividendos.

147) Folha de pagamento

148) Os salários são registrados como despesa da empresa. O mesmo tratamento deve ser dado às contribuições e encargos trabalhistas que sejam ônus do empregador (FGTS/INSS Patronal).

149) As empresas descontam dos funcionários a contribuição previdenciária sobre o salário recebido, e posteriormente repassa o valor para o INSS. Não é despesa da empresa. Essa parcela do recolhimento ao INSS é devida pelo empregado. A empresa apenas desconta e repassa. A mesma observação vale para o Imposto de Renda.

150) Vale transporte: a empresa paga o valor que o funcionário gasta com transporte público (ônibus, metrô) e desconta 6% do salário do funcionário. Por exemplo, se determinado funcionário gasta R\$ 260,00 por mês e tem salário de \$2.000,00 a empresa desconta 6% do salário (120 reais) e considera o excesso ($260 - 120 = 140$) como despesa com vale transporte (vai compor as despesas com folha de pagamento).

Controle de Estoque:

151) O controle pode ser feito através do inventário permanente ou do inventário periódico.

152) Inventário periódico: Os estoques são avaliados na data do balanço, através do inventário físico. Vejamos. Não há lançamento por operação. Apenas na data de encerramento é que apuramos o estoque para ver o saldo.

153) Inventário permanente: A empresa controla o estoque de forma contínua, dando baixa em cada operação de venda. Pode ser feito pelo PEPS, UEPS e média. Além disso, é possível usar o custo específico ou método do varejo (acho o custo através da margem de venda).

154)

UEPS: CMV maior, estoque final menor, lucro menor, proibido.

PEPS: CMV menor, estoque final maior, lucro maior, permitido.

Média: Fica no meio.

155) DRE: CPC 26 x Lei 6.404/76:



LEI 6404/76.	CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.
Receita Bruta	
(-) Deduções das Vendas	
Receita Líquida	Receitas
(-) CMV	(-) CMV
Lucro Bruto	Lucro bruto
(-) Despesas	(-) Despesas
--- Vendas	--- Vendas
--- Gerais e administrativas	--- Gerais e administrativas
--- Outras despesas operacionais	--- Outras despesas e receitas operacionais
--- Financeiras, deduzidas as receitas	--- Resultado equivalência Patrimonial
Lucro ou prejuízo operacional	Resultado antes Receitas e Despesas financeiras
Outras receitas e outras despesas	Despesas e Receitas financeiras
Resultado antes IR	Resultado antes tributos sobre o lucro
(-) Provisão IR	(-) Despesas tributos sobre o lucro
(-) Participações:	(=) Resultado das operações continuadas
--- Debêntures	+/- Resultado líquido das operações descontinuadas
--- Empregados	
--- Administradores	
--- Partes Beneficiárias	
--- Fundos de pensão	
Lucro ou prejuízo líquido do exercício	Resultado líquido do período
Lucro ou prejuízo por ação	

156) Estrutura da DLPA:

Estrutura - Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados
Saldo do início do exercício (só se for prejuízo acumulado)
(+/-) Ajustes de exercícios anteriores
(+) Reversão de reservas de lucros do período
(+) Lucro líquido do exercício
(-) Transferência para reservas de lucros
a) Reserva Legal
b) Reserva Estatutária
c) Reservas para contingências
d) Reserva de retenção de lucros
e) Reserva de lucros a realizar
f) Reserva de incentivos fiscais
g) Reserva Especial de dividendo obrigatório não distribuído



h) Reserva específica de prêmio na emissão de debêntures
(-) Dividendos propostos
(-) Parcela dos lucros incorporada ao capital social
(-) Dividendos intermediários
Saldo no fim do período

157) Modelo de DVA:

DESCRIÇÃO	20X1	20X0
1 - Receitas		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)		
2 - Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - Valor adicionado bruto (1-2)		
4 - Retenções: Depreciação, amortização e exaustão		
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)		
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)		
8 - Distribuição do valor adicionado (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 - Remuneração direta		
8.1.2 - Benefícios		
8.1.3 - F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 - Federais		



DESCRIÇÃO	20X1	20X0
8.2.2 - Estaduais		
8.2.3 - Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 - Juros		
8.3.2 - Aluguéis		
8.3.3 - Outras		
8.4) Remuneração de capitais próprios		
8.4.1 - Juros sobre o capital próprio		
8.4.2 - Dividendos		
8.4.3 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Demonstração dos fluxos de caixa

158) A demonstração dos fluxos de caixa é obrigatória para a companhia aberta e para a companhia fechada com patrimônio líquido superior a 2 milhões.

159) A lei estabelece ainda que no mínimo teremos três fluxos evidenciados na DFC:

- Operacional
- Investimentos
- Financiamento

160) A demonstração dos fluxos de caixa é a demonstração que evidencia a variação das contas caixa e equivalentes de caixa da companhia.

Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade

161) A DFC pode ser elaborada pelo método direto ou pelo método indireto. A diferença entre os métodos está somente no fluxo operacional.

162) Os passos para fazermos a DFC pelo método indireto, no fluxo operacional, são os seguintes:

Passo 1: Pegar o lucro líquido do exercício

Passo 2: Ajustar as receitas e despesas que não afetaram o caixa.



Partir do lucro líquido do exercício e procurar o que não afeta o caixa (seja receita, seja despesa). Basicamente é isso que fazemos no método indireto. Tenha em mente!

Lucro Líquido	450
(+) Depreciação	50
Lucro Ajustado	500

Passo 3 Eliminar o efeito das vendas e compras a prazo do caixa.

Aumento do ativo	Diminui o caixa
Diminuição do ativo	Aumenta o caixa
Aumento do passivo	Aumenta o caixa
Diminuição do passivo	Diminui o caixa

163) Atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento.

Principais exemplos de atividades do fluxo	
Operacional	
Recebimento	Venda de mercadorias
	Prestação de serviços
	Royalties, honorários, comissões
	Seguros
	Imposto de renda
Pagamento	Fornecedores de mercadorias
	Fornecedores de serviços
	Empregados
	Seguros
	Imposto de renda

164) Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa.

Principais exemplos de atividades do fluxo	
Investimentos	
Recebimento	Venda de imobilizado
	Venda de intangível
	Outros ativos de longo prazo
	Venda de participações societárias
Pagamento	Aquisição de imobilizado
	Aquisição de intangível
	Outros ativos de longo prazo



Compra de participações societárias

165) Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade.

Principais exemplos de atividades do fluxo	
Financiamento	
Recebimento	Emissão de ações/Instrumentos patrimoniais
	Debêntures (Caixa recebido pela emissão)
	Empréstimos, notas promissórias
Pagamento	Resgate de ações/Instrumentos patrimoniais
	Amortização de empréstimos
	Pagamento de arrendamento mercantil financeiro

166) Ponto de atenção!

		CPC Encoraja	Alternativa
Juros	Pagamento	Operacional	Financiamento
	Recebimento	Operacional	Investimento
Juros sobre capital próprio e dividendo	Pagamento	Financiamento	Operacional
	Recebimento	Operacional	Investimento

167) As demonstrações contábeis são preparadas para usuários externos em geral.

168) As características qualitativas foram divididas em dois grupos:

1) Características qualitativas fundamentais

1.1 - relevância

1.2 - representação fidedigna

2) Características qualitativas de melhoria

2.1 - comparabilidade

2.2 - verificabilidade

2.3 - tempestividade

2.4 - compreensibilidade

169) Características qualitativas fundamentais (relevância e representação fidedigna).

170) Características qualitativas de melhoria (comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade).

171) Relevância: Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.



172) Representação Fidedigna: Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro.

Completa: a informação deve conter o necessário para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado.

Neutra: deve estar livre de viés na seleção ou na apresentação, não podendo ser distorcida para mais ou para menos.

Livre de erros: não significa total exatidão, mas sim que o processo para obtenção da informação tenha sido selecionado e aplicado livre de erros.

173) **Comparabilidade:** é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

174) **Consistência:** embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo. **Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens**, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. **Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo.**

175) **Verificabilidade** - ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar.

176) **Tempestividade:** significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.

177) **Compreensibilidade:** significa que a classificação, a caracterização e a apresentação da informação são feitas com clareza e concisão, tornando-a compreensível. Mas não é admissível a exclusão de informação complexa e não facilmente compreensível se isso tornar o relatório incompleto e distorcido.

178) Um item que se enquadre na definição de um elemento (ativo ou passivo) deve ser reconhecido se:

- a) for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade; e
- b) o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.

179) Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;



180) Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;

181) Patrimônio Líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

182) Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais;

183) Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com distribuição aos detentores dos instrumentos patrimoniais.

184) Manutenção do capital financeiro. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se o montante financeiro (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período exceder o seu montante financeiro (ou dinheiro) no começo do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período. A manutenção do capital financeiro pode ser medida em qualquer unidade monetária nominal ou em unidades de poder aquisitivo constante.

185) Manutenção do capital físico. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou fundos necessários para atingir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

186) **Restrição de custo:** O custo para gerar a informação é uma restrição, que impede a geração de toda a informação considerada relevante para o usuário.